

MANUEL ARRUDA DA CÂMARA E AS PLANTAS QUE PODEM DAR LINHO: O CÂNHAMO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII E XIX

Endryws Felipe Souza de Moura¹

Orientador: José Octávio Aguiar²

Resumo: O presente artigo, produzido na disciplina de Brasil II, do curso de História da UFCG, orientado pelo então professor José Octávio Aguiar. Atendendo às necessidades da disciplina, no que se refere ao objeto de estudo, este artigo tem por objetivo discutir a historicidade por trás das obras de Manuel Arruda da Câmara, em especial a sua obra *Dissertações sobre as plantas do Brasil*, onde apresenta as possibilidades de se extrair o linho na falta do cânhamo, problematizando o porquê da proposta inicial da obra e também o olhar particular que o autor possui ao escrever sobre o ambiente brasileiro, em detrimento a outros viajantes que dissertaram sobre essas terras. Essa particularidade constituída se refere à nacionalidade do autor, que escrevia sobre a própria terra contrapondo à viajantes estrangeiros, que buscavam denegrir a imagem do nordeste. Seqüencialmente e sempre em referencia à obra escolhida de Arruda da Câmara analiso em que condições se davam a produção, no âmbito legal, e o consumo do cânhamo, seja por consequência do seu linho ou de suas propriedades psicoativas, no Brasil do século XVIII, já que o seu plantio foi incentivado pela corte, e assim a particularidade do trabalho de Arruda da Câmara, em procurar plantas que pudessem substituir o cânhamo é bastante expressivo. Perpassando os limiares das instituições e dos indivíduos, especialmente na discussão elaborada entre a “máquina escravista”, a Real Feitoria do Linho-Cânhamo e os escravos que nela trabalhavam ou que consumiam de uma maneira ou outra a *cannabis sativa*. O isso é percebido enquanto uma forma válida de resistência, de manter suas tradições perante as imposições dos portugueses. Percebendo no recorte as diferentes condições que o Brasil transpassava com as mudanças pombalinas. Relacionando o livro e as análises com seus respectivos contextos históricos.

¹ Aluno bolsista do PET HISTÓRIA UFCG.

² Professor doutor da UFCG, pesquisa na área de História Ambiental.

Palavra-chave: Viajante; Meio-ambiente; Cânhamo

1. ARRUDA DA CÂMARA E SUAS OBRAS

É perceptível que no Brasil a partir do século XVI apareçam obras de viajantes em sua maioria estrangeiros, que percorrendo as diferentes regiões deste país elaboraram narrativas para explicarem e/ou dissertarem sobre os costumes, a fauna, a flora. Essas narrativas foram importantes, cada qual de sua maneira, na elaboração da imagem do Brasil, ou de forma mais clara na exposição do olhar do outro e como este outro “formula a nossa identidade”. Apesar de priorizarem determinadas regiões em detrimento das outras, a abordagem elaborada por estes viajantes constitui para nós historiadores um rico acervo. Esta priorização enfatiza na condição “utilitarista” que compunha esta escrita, por certo o viajante não analisava as condições geográficas desarmado de intenções, fossem elas econômicas ou políticas, e são estas que serão analisadas na obra “*Dissertações sobre as plantas do Brasil*” de Manuel Arruda da Câmara.

Um ponto comum em muitas dessas narrativas era a depreciação da terra, em particular quando se refere ao Norte, atual Nordeste, à qualidade do clima, da vegetação e das riquezas que se podia obter é vista com preconceito, e isso era feito em contraposição a uma Europa fértil e com climas “superiores e agradáveis”. Portanto é

significativo que Arruda da Câmara tenha procurado inverter essa visão nos seus escritos quando

Exaltava as riquezas da América portuguesa em comparação com as da metrópole em crise: defendia que os países tropicais eram muito mais férteis que a Europa que estaria em uma condição “medíocre e miserável”, caso não houvesse recebido, no passado, espécies botânicas dos Trópicos.³

As obras desse naturalista luso-brasileiro é fruto das reformas que Marques de Pombal promoveu em Portugal no século XVIII, que fortaleceu o poder do rei, e propiciou uma mudança econômica, exercendo o que hoje se entende por reformismo ilustrado, com algumas particularidades que se diferencia das idéias filosóficas das Luzes.

Desta forma, com o pensamento científico europeu da botânica e da história natural e seguindo as ordens do Príncipe Regente, Manuel Arruda da Câmara publica em 1810 o livro “*Dissertações sobre as plantas do Brasil*”. Este livro é enfatizado neste artigo devido à particularidade do olhar de Arruda da Câmara, que diferentemente dos outros estrangeiros que escreviam sobre o Brasil, era paraibano nascido na cidade de Pombal. Esse nacionalismo interfere muito na sua escrita, pois não pesquisa mais tendo como medida a Europa, e sim focando nas riquezas do Brasil.

A abordagem que ele utiliza neste livro abre um leque de possibilidades associativas que permitem, na medida do possível, comparar a condição da produção e consumo do cânhamo no Brasil, tendo em vista que o objetivo do livro de Arruda da Câmara é discorrer sobre as plantas que produzem linho para suprir a falta do cânhamo. Tal obra organiza cientificamente as diferentes plantas, classificando-as em gênero, classe, ordem, e suas características principais, e contém ainda as experiências do autor indicando a partir delas a maneira correta de se retirar o linho de cada erva. Conota-se assim em sua escrita uma descrição detalhada associada à prática e aos experimentos já realizados, isso porque segundo o autor “nas ciências físicas nada se deve concluir senão dos fatos, coibindo os vãos da imaginação, que tende sempre a lisonjear a

³ AGUIAR, José Octávio; BURITI, Catarina de Oliveira (2008)

vontade".⁴ O trabalho imaginativo por tanto não cabia a história natural, era particular das histórias eclesiásticas.

É nesse sentido de vivência prática, de experimentar para escrever que José Octávio Aguiar destaca a obra de Arruda da Câmara, opondo-o aos outros viajantes europeus que com suas obras depreciavam erroneamente a imagem da América:

Procurando suplantar teorias de gabinetes, elaborada por homens como Buffon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas, Arruda da Câmara acreditava que não bastava ler sobre ou consultar os compêndios: era preciso sentir, fisicamente [...] era preciso por em tensão as próprias representações, as memórias, as experiências de outrem que lhe eram relatadas.⁵

Essa prática científica é ditada nos moldes da antiga História Natural (termo que hoje engloba diversas disciplinas como a biologia, botânica e zoologia) que foi difundida em um período da história que o homem acreditava-se superior aos demais seres vivos, e agia como se os animais e plantas existissem apenas para servi-los. Essa forma de pensar que coloca o homem no centro da existência foi inicialmente justificada por uma perspectiva cristã, os discursos religiosos da época enfatizavam os trechos do Gênesis, o primeiro livro da bíblia, para legitimar a dominação do homem sobre a natureza, e afirmava-se ainda a necessidade que havia de “subjugar a terra”, isto é, trabalhar para que ela possa render frutos para o homem.

Essa ciência têm como alicerces a superioridade do homem e a utilidade que as ervas e os animais eram obrigados a ter com os humanos, segundo esse pensamento, se Deus colocou as plantas e os animais na terra era porque eles deveriam servir para algum propósito⁶.

⁴ Dissertação sobre as plantas do Brasil.

⁵ AGUIAR, José Octávio; BURITI, Catarina de Oliveira (2008)

⁶ Para melhor esclarecimento sobre a história natural ver THOMAS, Keith (

2. DISSERTAÇÃO SOBRE AS PLANTAS

Seguindo esses pressupostos, Arruda da Câmara começa em sua obra classificando cientificamente a *Bromelia variegata*, ou caroá. No tópico posterior a sua narrativa muda de contexto e enfatiza os usos práticos e a forma como esta planta pode vir a ser útil, são destacadas nesta parte as localidades que abrigam esta espécie e também as formas que os habitantes desta região a usa, neste caso são os habitantes do Rio S. Francisco que usam a fibra pra tecer suas redes de pesca. Depois de analisada e descrita nos moldes da ciência e tradição, a análise de Arruda é econômica e foca não só na rentabilidade do produto, mas também no ofício realizado ao retirar o linho.

O autor vai além dessas análises e elabora uma teoria para uma produção mais eficaz, que articula não apenas um colhedor e tratador, mas uma organização de trabalho, uma divisão de ofícios para que diversos trabalhadores possam baratear os custos e esforços de apenas um.

Na planta seguinte, a *Bromelia saganaria* ou crauatá de rede, a descrição de Câmara perpassa a usual análise da fertilidade do terreno, localidade, usos pela população e torna explícita a submissão que sua pesquisa tinha aos interesses da Coroa, e envia uma amostra para ser observada se pode ser eficaz na fabricação de lonas ou de tecidos mais finos.

Arruda cita em uma de suas análises posteriores que por “aviso régio me ocupei da indagação dos linhos dos vegetais indígenos (*sic*)”⁷. Esta citação é especial pois denota a ambígua posição da Coroa em relação aos indígenas, ao mesmo tempo que extermina e sub-julga, tentando “civilizá-los”, procura aproveitar do conhecimento natural e de algumas práticas em relação ao mundo natural que eles possuíam.

É comentada ao longo da narrativa a diferença das práticas durante o período da invasão holandesa no nordeste, segundo Câmara, eles eram mais industriosos no ofício do que nós, e foram capazes de trabalhar com o linho da caroatá Açú, *Agave vivípara*, de maneira a render lucro, depois essa prática, com a expulsão dos holandeses, caiu em desuso. Ocorre aqui uma exaltação às práticas estrangeiras, ao menos nesse

⁷ Dissertações sobre as plantas do Brasil

trecho: “Mas enquanto não chega o tempo de imitarmos os estrangeiros em obras finas”⁸. Essa exaltação em momento nenhum se assemelha as preferências estrangeiras pontuada por outros escritores.

Interessante na obra são as especulações no campo da biologia acerca do funcionamento metabólico da planta, todas baseadas em experiências variadas, mas sem o conhecimento biológico que hoje se possui. Ele retém-se também a explicar a tradição associada ao nome de muitas plantas, percebendo que as pessoas atribuíam práticas e costumes às plantas e aplicavam isso na nomenclatura delas: ananás manso, carotá de rede, guaxuma do mangue.

3. O CÂNHAMO CONTEXTUALIZADO

Apesar da comercialização, uso e plantio do cânhamo estar atualmente proibido por lei, quando Manuel Arruda da Câmara escreveu sua obra o cânhamo ainda era legalizado, e necessário para uma economia agrícola como a brasileira.

Arruda da Câmara quando cita a necessidade que havia do linho do cânhamo não fala de uma planta desconhecida, cujo passado é exótico, pelo contrário a relação do cânhamo com a história do Brasil perpassa a vinda dos escravos africanos, que traziam sementes escondidas em prendas e bonecas, e atinge as instituições reais como por exemplo a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Essa relação é bem notada pelo famoso escritor, Gilberto Freyre, que consagrou a diferenciação do consumo de maconha do negro para o tabaco do branco.

O termo cânhamo neste artigo refere-se à utilização da fibra da Cannabis Sativa para os mais diversos fins, não que haja na planta uma divergência em seu uso recreativo para o uso de sua fibra comercialmente. No Brasil essas duas formas de consumo caminhavam lado a lado, ao mesmo tempo em que os escravos eram encarregados pela coroa de plantar cânhamo, eles consumiam a maconha em seus rituais religiosos ou em momentos de sociabilidade, por isso que o consumo de maconha no Brasil foi alvo do preconceito contra o negro, contra as classes mais pobres.

Isto fica claro se analisada a primeira lei municipal do Rio de Janeiro que proibiu o consumo e a venda da maconha:

⁸ Op.cit.

“POSTURAS DA CÂMRA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO / SEÇÃO PRIMEIRA; SAÚDE PÚBLICA / TÍTULO 2º: SOBRE VENDA DE GÊNEROS E REMÉDIOS [...] É proibida a venda e o uso do “pito do pango”, bem como a conservação dele em casas públicas, os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia.”⁹

A intencionalidade na escolha do termo: “pito de pango”, um cachimbo de barro, e não outro denota quem seria a vítima procurada por este crime: o escravo. Fica claro na lei que o vendedor paga apenas a multa, e quando a prisão é citada o primeiro alvo é o negro escravo. Além disso, a lei funcionava como um aparato ao controle social que visando prioritariamente o negro, prediz o que aconteceria décadas depois nos terreiros de candomblé, quando o estado invade e proíbe o culto, alegando o consumo da Cannabis.

Enquanto o consumo ou venda da maconha não era proibido, a Corte elaborou maneiras de se aproveitar do plantio desta lucrativa planta, e é nessa perspectiva de plantio para lucro que é criada a Real Feitoria do Linho-Cânhamo. Essa “máquina escravista” foi criada para fins comerciais, em 1783, e já dividia as funções entre a colônia e a metrópole

Os esforços deveriam ser concentrados no plantio, pois “de nenhum modo se devem formar fábricas de cordoaria ou de qualquer outro tecido e apenas se poderão fazer algumas experiências” numa clara alusão à divisão “colonial” do trabalho.¹⁰

Era necessário para a Coroa garantir seu lucro com o monopólio comercial, o espaço da colônia é apenas para a produção da matéria-prima que será depois trabalhada

⁹ ROBINSON, Rowan (1999)

¹⁰ MENZ, Maximiliano (2005)

e comercializada segundo os interesses da metrópole. O regimento econômico da RFC dividia-se entre o lucro da venda e a subsistência dos escravos, que seria a “base de sobrevivência” da instituição.

Após a sua criação e a conseguinte transferência, fica claro o fracasso na tentativa real de implantar a cultura do cânhamo no país. Os motivos são diversos: os solos inadequados, falta de experiência no labor, a luta dos escravos, dentre outros.

4. CONCLUSÃO

A historicidade por trás dos escritos de Arruda da Câmara e também as condições do cânhamo na história merecem um questionamento maior, uma melhor discussão histórica, para que através desse paralelo consiga-se discutir os aspectos fundamentais da sociedade, tanto nos aspectos econômicos, morais, sociais e atingindo também o imaginário da época, a forma como se entendiam e representavam.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira. **Imagens do Nordeste natural na transição da colônia-império: o olhar do viajante naturalista Manuel Arruda da Câmara sobre o meio-ambiente (1793-1810)**. Revista Ariús. Ed 14, 2008

AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira. **Meio Ambiente e cultura nas capitanias do nordeste colonial: nacionalismo e reformismo ilustrado na obra do naturalista viajante manuel arruda da câmara (1793-1814)**. História, Franca, v. 28,

MEINZ, Maximiliano M. **Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito, negociação**. Revista Afro-Asia. Ed 32. 2005

ROBINSON, Rowan. **O grande livro da cannabis**. Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro, 1999.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Ed: Cia das letras. São Paulo, 2010

**II SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E
PESQUISA HISTÓRICA: SOCIEDADE E CULTURA
DE 07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2011**

ISSN: 2176-4514